
Rede Pública de Bibliotecas uma Leitura Agradável

FRANCISCO LOPES

Biblioteca Municipal de Abrantes



grande diferença entre as comemorações dos quinhentos anos do Infante D. Henrique e outros eventos comemorativos mais recentes pode medir-se assim: do quinto centenário do Infante ficaram os primeiros trabalhos de Luís de Albuquerque sobre os Descobrimentos e, entre outras, as grandes obras de Vitorino Magalhães Godinho e Jaime Cortesão sobre esta temática, sem obviamente esquecer os *Portugaliae Monumenta Cartografica* que só por si bastariam para relembrar a iniciativa. Estas comemorações deixaram pois resultados que estão aí, perduraram e continuam e não-de continuar a constituir referência.

O paralelo com a Rede Nacional de Leitura Pública parece-me simples. Esta, ao contrário de muitas outras coisas neste país, não se assumiu como mais um projecto dinamizador ou sensibilizador para o que quer que seja, até à exaustão do cansaço e da desmotivação que quase fatalmente culminam e encerram tais projectos.

Este projecto foi concebido competentemente, por profissionais considerados, assumido seriamente por alguém que estando no Poder falava a mesma linguagem dos proponentes e que portanto percebeu que isto não podia ser uma coisa circunstancial mas que, ao contrário, era preciso abordar o problema da leitura pública como um problema estrutural indispensável à plena realização de um Portugal democrático, abrindo e alargando os horizontes informativos das populações, bem como as suas necessidades de enriquecimento cultural, de educação permanente e de lazer, de acordo com os mais corriqueiros mas também os mais

objectivos e sérios princípios expressos no tão recitado Manifesto da UNESCO.

Ora a solução de um problema estrutural não se faz só nem principalmente com campanhas mas sim com a criação de estruturas e, se o problema é de base, de infra-estruturas. Até nesse aspecto, não tendo dúvidas que cada vez mais pessoas, à medida que a sua imagem pública se reforça com a bendita inauguração de mais bibliotecas, se convencerá tratar-se de um dos nossos maiores, se não o maior, projectos culturais de sempre, até nesse aspecto, dizia, a lógica proposta foi exemplar: estabelecendo em contrato-programa com o poder local regras e exigências que não descuidassem nenhum aspecto, da concepção dos espaços ao quadro de pessoal, dos fundos aos equipamentos. Em determinados casos pontuais a execução poderá ter corrido menos bem, mas isso deve-se mais a factores pontuais e localizados do que a erros de concepção do projecto nacional.

ob Nos grandes projectos culturais, como em muitos sectores importantes da actividade das instituições, há muitas vezes a tentação de impor a lógica do colonizador: pede-se ao «parceiro» que não se preocupe com os meios, porque nós temos, que não se preocupe com a competência técnica, porque nós sabemos, que se preocupe apenas em dar a força do trabalho e, eventualmente, o sítio onde trabalhar — a terra, as instalações, o que fôr —, o problema é que podemos constatar um dia que o colonizador foi embora e nós estamos na mesma: ainda não temos os meios porque ele nunca nos deu ou partilhou connosco a sua propriedade, e ainda não sabemos porque ele nunca nos ensinou. Pese embora o excelente e único trabalho da Fundação Gulbenkian nesta área durante décadas, Portugal enquadrava-se nestes parâmetros até começarem a notar-se os resultados da RNLP. E digo encontrava-se porque embora os resultados em termos de inserção de hábitos de leitura no tecido social apenas se possam verificar daqui a uns anos, há no entanto mudanças qualitativas objectivas: quase não existiam bibliotecas comparáveis aos melhores padrões lá de fora e elas são já a regra e não a excepção, se contarmos com as quarenta já abertas e com as cem em construção ou em fase de projecto (números redondos); não existia pessoal técnico especializado, quer em quantidade quer em termos da sua difusão geográfica, que pudesse realmente corporizar uma classe profissional, enquanto hoje os bibliotecários e os técnicos adjuntos de biblioteca e documentação existem de uma forma geral por todo o país e têm perspectivas de crescimento a curto prazo; contribuiu-se de forma decisiva para transformar a ideia miserabilista de biblioteca numa ideia de qualidade e de exigência em que os encargos são cada vez mais encarados como um investimento imprescindível.

Bastam as razões apresentadas para que se possa dizer estarmos não perante um salto qualitativo e sim perante uma revolução, mas se não bastassem poderíamos ainda inquirir os utilizadores das novas bibliotecas sobre os novos traços caracterizadores dessas bibliotecas e talvez constatássemos atitudes polifacetadas de surpresa:

- a surpresa arquitectónica;
- a surpresa da acessibilidade;
- a surpresa da diversidade;
- a surpresa tecnológica;
- a surpresa da actividade;

e tudo isto em espaços em que as pessoas se sentem bem.

Do ponto de vista arquitectónico estamos muitas vezes, se não perante o edifício mais bonito lá da terra, perante aquele que é mais marcante. As soluções vão da recuperação dum imóvel classificado com um certo respeito formal pela traça original, como é o caso de Guimarães, à intervenção arrojada mas respeitadora dos traços caracterizadores originais, pondo em contraste linguagens arquitectónicas antigas e modernas, como a que foi feita interiormente no convento dominicano de Abrantes, ou ao edifício de raiz, moderno, marcante, organizador do espaço numa nova zona de expansão urbana, como é o caso de Almeirim.

Em qualquer das circunstâncias, e na maioria dos casos, a nova biblioteca pública é, também neste aspecto, a nova se não a principal referência do concelho. Como diz Joaquim Mestre, bibliotecário de Beja, as pessoas vão passear à biblioteca como quem vai às Amoreiras! A biblioteca, como esses novos lugares turísticos e de lazer que são os centros comerciais, ganhou uma capacidade atractiva que representa um potencial a não desprezar para a prossecução dos seus fins. Além disso, estas bibliotecas não se ficam por serem marcantes, arrojadas, geralmente bem inseridas no tecido urbano, mas revelam também a preocupação de uma organização do espaço racional, de soluções diversificadas e para públicos e tipos de leitura distintos, em que se tem em consideração o facto de se tratar de bibliotecas para toda a gente e em que, portanto, os utilizadores serão considerados como seres humanos: com necessidades, gostos e convém que até feitos distintos.

Fazer uma biblioteca assim exige a intervenção de profissionais, de diversos tipos de profissionais, e foi o que se fez. Começando pelo princípio, elaborou-se primeiro um programa. O programa são as regras gerais mas é imprescindível, e é imprescindível que tenha a participação primor-

dial de bibliotecários. Ninguém pensará concerteza em fazer um moderno hospital sem que um cirurgião diga como deve ser a sala de operações mas, sobretudo num país sem muita experiência de construir para fins especializados, e muito menos para bibliotecas, poderia confundir-se uma biblioteca com uma casa para pôr livros lá dentro. Programar, projectar, e construir uma biblioteca é um trabalho multidisciplinar que exige um diálogo permanente entre bibliotecário, arquitecto, engenheiros e mestre de obras, e creio que a aprendizagem desse diálogo de modo a desfazer a ideia de que cada um sabe de tudo, estará a ser um lucro a não desprezar, que pode mesmo ser exemplo para outro tipo de projectos, sobretudo à escala local. Nem sempre se fez assim, nem sempre se estará a fazer assim, mas estou convencido que mais por razões pontuais e locais que por culpa do projecto nacional. As bibliotecas feitas assim serão concerteza um exemplo de qualidade a seguir e uma das expressões mais ouvidas nos seus corredores, proferidas pelos leitores ou pelos turistas circunstanciais dos primeiros tempos será: esta terra já merecia uma coisa assim!

Outra das surpresas das novas bibliotecas da RNLP é a da sua total acessibilidade, em múltiplos e variados sentidos. A extrema facilidade no acesso começa com as formalidades necessárias à inscrição dos leitores. Muitos, mesmo mais do que imagináramos, começam por perguntar «como é que se pode ser sócio» e quanto é que se paga. Perante a gratuidade do serviço um número razoável espanta-se, parecendo não compreender como é que de repente o Estado resolveu pôr mesmo à porta dele um autêntico maná de informação, de cultura e até de lazer, e tudo encarado como um essencial serviço social a que as populações têm direito. Quanto a mim, defendo a total gratuidade no acesso — ninguém pode, por razões económicas, ser afastado do direito de utilizar os fundos de uma biblioteca — simplesmente penso ser igualmente imprescindível a criação de medidas moderadoras de utilizações abusivas que se expressam de várias formas: degradação ou perda constante dos cartões; degradação dos documentos emprestados por desleixo ou maus tratos visíveis; devoluções fora dos prazos; etc. Para corrigir estes abusos são necessários instrumentos mais objectivos e eficazes que simples postais de aviso. A total acessibilidade e a total gratuidade no acesso a tão ricas colecções exigem o estabelecimento e o cumprimento rigoroso de regras, constituídas em regulamento aprovado oficialmente e aceite sob compromisso de honra no acto da inscrição, e essas regras, no meu entender, devem conter a aplicação de taxas penalizadoras, nomeadamente para as infracções citadas, as quais constituem ofensa ao sistema (biblioteca e restantes utilizadores incluídos), o que nunca deve acontecer é retirar-se o sagrado direito de acesso à

informação, o único que justifica a nossa própria existência. Tal sistema tem sido experimentado com sucesso, por exemplo em Abrantes e Ponte de Lima.

Outra faceta de acessibilidade acrescentada trazida por estas bibliotecas é o livre-acesso levado às suas máximas consequências. Continua, no essencial, a tratar-se da facilidade de percorrer livremente os espaços, mexer e encontrar facilmente o que se procura, ou do acto mágico referido por Eco de sermos surpreendidos pela descoberta de algo que não conhecíamos e que se vem a revelar fundamental. A diferença é que estas bibliotecas têm livros, muitos livros, tantos que dificilmente o comum dos mortais não satisfará as suas necessidades de informação, de viver agradáveis momentos de lazer ou de se alimentar das doses de ficção vitais, e estes livros não estão sequer separados por salas de empréstimo e salas de leitura presencial devidamente etiquetadas com austeros letreiros «recomendando» silêncio, estes livros, na sua muito esmagadora maioria, estão inteiramente disponíveis para serem levados para casa de cada um e cumprirem uma das mais maravilhosas e dignas funções da «literatura»: deixarmo-nos dormir a ler.

Acessibilidade acrescentada no acesso às criações do génio humano trouxeram-na também as bibliotecas da Rede ao integrarem os fundos audiovisuais nas suas colecções, provocando com isso uma nova surpresa, a surpresa da diversidade. Deve-se muito a este factor o facto de as bibliotecas serem hoje, na acepção dada por P. J. Th. Schoots, um melhor espelho da sociedade. A ver se eu me explico: as bibliotecas que têm bons fundos audiovisuais conseguiram atrair tipos de utilizadores que nunca tinham posto os pés numa biblioteca, utilizadores novos e diferentes que têm todo o direito de aceder a formas de comunicação diferentes e que quem tem boas experiências sabe por saber de experiência feito que transitam com relativa facilidade para outros produtos, incluindo o tão traumatizado livro impresso.

Com os audiovisuais as bibliotecas não só se actualizam e renovam face aos modernos conceitos de livro, leitura e biblioteca, como ganham uma maior capacidade de penetração junto das populações, mas é aqui que reside também o maior defeito das bibliotecas da rede: as colecções muitas vezes são diminutas, não cumprindo minimamente os programas, não são constituídas com o mesmo critério de diversidade temática dos fundos impressos, obedecem a critérios de qualidade demasiado restritivos sem que, como afirmou Schoots, as pessoas se possam reconhecer na biblioteca, e especialmente naquele fundo, porque ele não é suficientemente pluralista para deixar que as pessoas «espreitem por detrás da cortina» das exageradas pretensões de qualidade e «façam os seus próprios juízos e selecções

conhecendo as bases da sua livre opinião». Por outro lado, na maioria dos casos, até porque não reflectem no limiar mínimo desejável a procura dos utilizadores e são diminutos, estes fundos não estão disponíveis para empréstimo. Estas bibliotecas gastaram dinheiro dos contribuintes construindo e equipando espaços que não são rentabilizados directamente e que não funcionam também como indutores do consumo de produtos impressos. Nestas bibliotecas o critério da boa acessibilidade não se aplica aos fundos audiovisuais, abdicando do cumprimento da sua missão no que se refere aos princípios constitucionalmente consagrados quanto ao dever de informar.

Direitos por tabela

Recentemente tem estado na ordem do dia a questão do pagamento de direitos sobre as actividades das bibliotecas. Pessoalmente penso que se trata de uma reacção que tem por base uma crise da galáxia de Gutenberg no seu confronto com formas de fixar e transmitir a informação que assentam em suportes e tecnologias muito mais democráticas, algumas das quais encerram em si uma capacidade implícita de dissolução de certos mercados da informação, e que têm conseguido estabelecer uma relativa confusão por perda de referentes estáveis na definição clara e uniforme dos conceitos abrangidos pelo direito de autor e direitos conexos.

Assim, tratam-se os autores ou os produtos da sua criação de forma diferente com base na forma e não forçosamente no conteúdo da informação: a obra de José Saramago em CD-ROM estará sujeita a um regime jurídico diferente da mesma obra em suporte papel e as obras musicais ou videográficas estarão também sujeitas a regimes específicos.

Conforme admitem alguns responsáveis pela negociação destas matérias são os interesses económicos o principal factor condicionante da evolução das normas jurídicas que lhe são relativas. Isto é visível sobretudo no que concerne às obras em vídeo, porque os interesses em jogo são também maiores e têm condicionado, como já vimos, a própria constituição dos fundos audiovisuais e a atitude das bibliotecas relativamente ao empréstimo, ou não, da generalidade destes fundos levando a posicionamentos claramente desinseridos da lógica seguida para os suportes impressos, acarretando falta de coerência do sistema e prejuízos evidentes para os utilizadores por se abdicar dos sagrados princípios da liberdade de informação e educação permanente que deveriam constituir pressupostos deontológicos básicos da profissão de bibliotecário.

Assim, e independentemente de uma reflexão mais profunda sobre a matéria a que poderei voltar mais tarde, penso que há atitudes que são e atitudes que indubitavelmente não são solução. Na minha opinião não são solução:

- recusar assumir na íntegra o nosso estatuto de serviços públicos;
- não assumir a informação como um conceito global em que todos os suportes e produtos culturais devem ser igualmente acessíveis;
- limitar os fundos vídeo aos chamados «filmes educativos»;
- não fazer empréstimo domiciliário;
- justificar estas opções com uma maior tradição do livro;
- querer mudar os pressupostos da UNESCO sem razões válidas;
- sujeitar os nossos objectivos aos interesses económicos das *majors*;

Pelo contrário, pode ser solução:

- exercer cabalmente o estatuto de serviço público e cumprir com as atribuições definidas pelas declarações internacionais, pela lei geral do país e pelo Estado no âmbito dos programas de leitura pública em implantação;
- constituir os fundos audiovisuais sem limites de géneros ou suportes sendo, como o devem ser as bibliotecas públicas, genéricos e universalistas;
- invocar a inconstitucionalidade do código vigente por omissão do poder público a qual ao defender um direito inviabiliza outro, o do livre acesso à informação;
- invocar o «princípio da igualdade» para o tratamento dos autores;
- invocar o direito costumeiro que, no caso do nosso país, já legitimou os empréstimos feitos por bibliotecas há muitos anos;
- assumir que em caso de processo judicial se deverá seguir até ao Tribunal Constitucional.

Estamos tipicamente perante um caso em que o quadro jurídico foi ultrapassado pela realidade, mas o fulcro da questão é que as bibliotecas não sejam ignoradas como infra-estruturas culturais de base que contêm todos os suportes de informação, tanto mais que não sendo fora do nosso meio reconhecidos como trabalhadores da informação e da comunicação será importante para o nosso futuro como classe não estarmos dispostos a dar contributos sem contrapartidas, agora para as indústrias da cultura e do lazer.

Se as tecnologias evoluíram tanto que podem mesmo dissolver o mercado, o problema não é nosso. Esse é um problema que decorre de uma tecnologia tão democrática que trouxe muito mais liberdade. Mas a maior liberdade implica geralmente novas necessidades de controlo e mais responsabilidade e essa responsabilidade deve ser partilhada por todos e não apenas atribuída a alguns.

Se quisermos compreender facilmente os custos desta atitude tomemos como exemplo a biblioteca de Abrantes: no primeiro semestre deste ano efectuaram-se 43 501 operações de empréstimo, das quais 23 940 correspondem a fundos audiovisuais — equitativamente distribuídas por fundos musicais e videográficos, com alguma vantagem para o vídeo — e 19 561 correspondem a fundos impressos. Um primeiro facto a assinalar é que o empréstimo de livros é largamente superior ao de qualquer dos outros suportes e tem vindo a aumentar, mantendo-se o número global de utilizadores relativamente estável, o que demonstra alguma complementaridade na utilização entre os audiovisuais e o livro. Um segundo facto, igualmente sério, é que do número global de 21 277 requisitantes, 13 768 são utilizadores de audiovisuais que se não existissem diminuiriam gravemente o poder de penetração da biblioteca junto da população e encareceriam o custo por requisitante de 1410\$00 para 3995\$00 requisitante/ano, tendo por base uma estimativa orçamental de 60 mil contos ano. Perante isto penso que a surpresa dos audiovisuais poderá ser uma surpresa muito especial se for levada mais a sério.

A surpresa tecnológica é também um dos factores de impacto das bibliotecas da Rede junto dos seus utilizadores. Em qualquer delas há as tecnologias de informação indispensáveis à audição e visionamento de produtos que representam outras formas de comunicação e criação humanas, mas também outras formas de ler. Para além disso, estando já em fase de implementação a RILP — Rede Informática de Leitura Pública, o acesso automatizado aos catálogos passará a ser em breve um «luxo» à disposição dos leitores da generalidade das bibliotecas, com as vantagens que daí advêm em termos de facilidade de acesso ao catálogo da sua mas também das restantes bibliotecas da Rede.

Com a RILP as bibliotecas darão aos seus utilizadores a possibilidade virtual de viverem na tão propalada aldeia global, pois a partir daí não haverá limites teóricos à possibilidade de comunicação com qualquer parte do mundo ou de acesso a qualquer dos produtos da comunidade informativa global, o que nenhuma televisão conseguirá jamais fazer pois vive dos limites da sua própria programação.

Outra das virtualidades da informatização é consubstanciada pelas possibilidades de cooperação inter-bibliotecas, cujos benefícios muitos uti-

lizadores não podem ainda sonhar, e pela possibilidade de se fornecerem novos produtos informativos, alguns especializados, correspondendo a necessidades específicas de determinados grupos profissionais, vendáveis, e disponíveis *on-line* ou nos variados suportes existentes.

Algumas bibliotecas têm já sistemas informáticos alternativos disponíveis, quer limitados a redes locais quer remotas, e a RILP está já em instalação em Almeirim, Barreiro, Cantanhede, Grândola, Guimarães, Lousã, Mirandela, Palmela e Póvoa de Varzim, devendo em breve estender-se a outras bibliotecas. Mas as novidades tecnológicas podem também estar disponíveis doutras formas, correspondendo a intenções de afirmação das bibliotecas, junto das comunidades em que se inserem, como parceiros privilegiados em tudo o que diga respeito ao admirável mundo da informação, e contribuindo também para o reforço da vocação regional de determinadas localidades. Em Abrantes é possível encontrar uma sala polivalente para vinte pessoas, equipada com episcópio, retroprojector, computador, *data show*, projector de *slides*, equipamento de diaporama, videogravador, equipamento completo de som, foto CD, imensas estações de rádio e oitenta canais de televisão disponíveis, que constitui uma enorme riqueza de recursos à disposição da população desde que a finalidade se insira nos objectivos duma biblioteca pública — total disponibilização dos recursos informativos existentes na biblioteca —, não existam fins lucrativos e seja feita marcação prévia, disciplinadora da utilização, por qualquer grupo organizado de pessoas.

Do clássico Barreiro, pioneiro neste tipo de biblioteca municipal em Portugal, ao mega Seixal, uma das nossas maiores bibliotecas actuais, outra das surpresas e não das menos relevantes, é que não existe apenas o serviço de rotina. As bibliotecas da Rede são muitas vezes as maiores produtoras locais de acontecimentos culturais. Trate-se de exposições, contos para as criancinhas, conferências, encontros com escritores e mil e uma receitas experimentadas e por experimentar. Nestas bibliotecas acontecem coisas quotidianamente. Elas fazem-no sozinhas ou buscando parceiros, estabelecendo relações, criando solidariedades, fazendo pois engenharia cultural. Resumindo e concluindo, cada um procura chegar das mais variadas formas aos mais variados públicos, e é essa talvez uma das maiores riquezas do nosso trabalho e ao mesmo tempo das menos conhecidas de todas, daquelas que apenas discutimos nos corredores das nossas circunstâncias de encontro.

O que fazemos, embora imenso na sua diversidade, será mais tarde ou mais cedo o mesmo — os menus acabam sempre por se esgotar — como o fazemos é que é sempre diferente porque o que nos distingue somos nós

mesmos. No entanto, uns têm especial predilecção pelo trabalho com crianças, como é o caso do universo de permanente experimentação do sonho e da aventura criado por Joaquim Mestre em Beja e que já trouxe ao quadro da biblioteca uma psicóloga e uma educadora de infância; outros, ainda com crianças mas numa relação mais comprometida, mas não menos frutuosa, com a escola, ensaiam experiências como a levada a cabo por Fernanda Euníce em Palmela; outros ainda, viram-se talvez mais para outros públicos e outras actividades, como José António Calixto, em Setúbal, com a educação de adultos em aprendizagem não formal.

Há muita coisa que está a mudar no panorama das bibliotecas em Portugal. Para além do que já se falou elas trouxeram também um contributo à recuperação de muito património arquitectónico, nos casos em que não se fizeram de raiz e resultaram antes de intervenções em imóveis classificados. Quanto ao património bibliográfico, colecções talvez votadas ao abandono e à destruição lenta pelos fungos, constituem hoje grandes tesouros locais que serão no mínimo pequenos tesouros nacionais, como são os casos dos espólios de Alexandre O'Neill em Constância, e de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, em Cantanhede. Não há também nenhuma destas bibliotecas que não procure constituir um fundo local tão rico quanto possível, o que é algo de novo à escala nacional e traz um valor acrescido ao património documental do país.

Há muita coisa que está a mudar no panorama das bibliotecas em Portugal. Está a mudar depressa. Apesar de não isento de erros, como é óbvio, está a mudar bem. Esperemos que esteja a contribuir, e muito, para a mudança dos hábitos de leitura dos portugueses. Esperemos também que acabe com a miserável ideia de que ninguém lê, porque a verdade é que cada vez mais se passa a vida a ler, de imensas maneiras, em incontáveis suportes, e não podemos teimar em basear as nossas estatísticas apenas no tradicional e elitista suporte impresso. Com esta me vou que o tempo é escasso e há uma nova viagem que urge fazer: a volta a Portugal em bibliotecas!